



EDITAL Nº004/2021
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL

**JULIANO
GALDINO
TEIXEIRA**

Assinado de forma digital por
JULIANO GALDINO TEIXEIRA
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
OAB, ou=13704488000180,
ou=Assinatura Tipo A3,
ou=ADVOGADO, cn=JULIANO
GALDINO TEIXEIRA
Dados: 2021.03.10 19:32:42
+0300

O **MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.025.940/0001-09, cujo Poder Executivo está sediado na Avenida Doutor Jerson Dias, 500, Bairro Estiva, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, por seu Secretário Municipal de Administração, **JULIANO GALDINO TEIXEIRA**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob o n.º 530.391.571-91 e portador do RG n.º GO-2786015, no uso de suas atribuições legais, torna público o Edital para o Processo Seletivo Simplificado, que se realizará no período de **11/03/2021 a 15/03/2021**, com vistas à contratação emergencial por prazo determinado em atendimento às necessidades de caráter excepcional de interesse público, para o preenchimento das vagas para os cargos de Técnico de Enfermagem, Médico de ESF, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Motorista, Enfermeira de ESF, conforme Decreto nº 8.250/2021 e Resolução nº 5.560 de 04 de março de 2021.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- 1.1. O Processo Seletivo Simplificado Emergencial será executado por intermédio de Comissão composta por 07 (sete) pessoas, designadas através da Portaria nº 263/2021, publicada no Diário Oficial do Município.
- 1.2. O Edital de abertura e os demais atos e decisões inerentes ao Processo Seletivo Simplificado Emergencial serão apresentados no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal de Itajubá e no Diário Oficial do Município.
- 1.3. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções contidas neste Edital, sendo as ações e acompanhamento de sua inteira responsabilidade, desde o Edital de abertura até a sua convocação para o trabalho.
- 1.4. A contratação por tempo determinado para os cargos de Técnico de Enfermagem, Médico de ESF, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Motorista, Enfermeira de ESF será pelo **período de 03 (três) meses, podendo ser prorrogado** a critério da Administração Pública, de acordo com a Lei Municipal nº 2854/2011, Lei Municipal nº 2660/2007, Lei Municipal nº 2.783/2010, Decreto nº 8.250/2021 e Resolução nº 5.560/2021.
- 1.5. Após a leitura completa deste Edital, as dúvidas em relação ao mesmo, deverão ser dirigidas junto à Comissão do Processo Seletivo Simplificado Emergencial - telefone: (35) 9 9962-3397.
- 1.6. O Processo Seletivo Simplificado será realizado sob a responsabilidade da Comissão criada para este fim.
- 1.7. Os candidatos as vagas não devem possuir vínculo com os membros da Comissão.
- 1.8. A denominação, bem como as atribuições do cargo e pré-requisitos, estão descritos no Anexo I deste Edital e fixado na legislação municipal em vigor.
- 1.9. A inscrição do candidato implicará no conhecimento da presente instrução, e seu compromisso de aceitar plena e integralmente as condições determinadas por este Edital e legislação pertinente.
- 1.10. Poderá haver impugnação do Edital no prazo de 02 (dois) dias após a sua publicação a ser encaminhada ao presidente da comissão, no Protocolo Geral do Município de Itajubá, nos termos do anexo IV.
- 1.11. A seleção dos candidatos inscritos para o processo seletivo simplificado se dará por prova de títulos e experiência profissional na área escolhida pelo candidato, conforme o Anexo II.

Integram o presente Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Atribuições do cargo

ANEXO II – Demonstrativo de contagem de pontos por títulos e experiência profissional

ANEXO III – Cronograma do Processo Seletivo

ANEXO IV – Requerimento de Recurso

ANEXO V – Instruções para realização das Inscrições on-line

**2. DAS FUNÇÕES TEMPORÁRIAS:**

2.1. Serão selecionados candidatos para preenchimento das seguintes funções, conforme tabela abaixo:

CARGO	Nº VAGAS	VAGAS PARA DEFICIENTES	VAGAS PARA NEGRO/PARDO	CARGA HORÁRIA	REQUISITOS PARA PROVIMENTO	SALÁRIO (R\$)
Técnico em Enfermagem ESF	10	--	05	40h / semanais	Curso de Técnico de Enfermagem e registro no COREN	1.457,26
Médico de ESF	06	--	03	40h / semanais	Nível Superior completo, formação em Medicina e registro ativo no CRM.	12.143,85
Farmacêutico	02	--	01	40h / semanais	Nível Superior completo, formação em Farmácia e registro ativo no Conselho.	3.850,25
Fisioterapeuta	02	--	01	30h / semanais	Nível Superior completo, formação em Fisioterapia e registro ativo no Conselho.	2.887,69
Fonoaudiólogo	02	--	01	30h / semanais	Nível Superior completo, formação em Fonoaudiologia e registro ativo no Conselho.	2.887,69
Motorista	05	--	03	40 h/ semanais	Nível Médio Completo	1.255,54
Enfermeiro de ESF	01	--	--	40h / semanais	Nível Superior completo, formação em Enfermagem e registro no COREN	4.047,94

2.2. A comprovação da habilitação legal para o exercício do cargo, através do respectivo Conselho, poderá ser realizada quando da assinatura do Contrato.



3. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

3.1. O regime de contratação será de caráter temporário, ficando os contratados vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

3.2. Os contratos terão sua vigência de acordo com o previsto na Lei Municipal nº 2854/2011, Lei Municipal nº 2660/2007, Lei Municipal nº 2.783/2010, Decreto nº 8.250/2021 e Resolução nº 5.560/2021, que dispõe sobre a contratação emergencial por tempo determinado visando atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público **pelo período de vigência de 03 (três) meses, podendo ser prorrogado**, de acordo com a necessidade da Administração Pública Municipal.

4. DAS CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO:

4.1. Para se inscrever, o candidato deverá ler este Edital em sua íntegra, tendo conhecimento e estando de acordo com as exigências nele contidas, principalmente, as especificadas a seguir, que devem ser comprovadas à época da contratação:

- a) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, amparada pelo Estatuto da Igualdade entre brasileiros e portugueses conforme disposto nos termos do parágrafo 1º, artigo 12, da Constituição Federal e do Decreto Federal nº 70.436/72;
- b) Ter, na data da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- c) No caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar, nos termos do Decreto nº 57.654/66, alterado pelo Decreto nº 93.670/86;
- d) Estar quite com a Justiça Eleitoral;
- e) Possuir documentação comprobatória, no ato da contratação, dos REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS para o cargo, conforme especificado neste Edital;
- f) Ter aptidão física e mental e não possuir deficiência física incompatível com o exercício do cargo, comprovada em inspeção realizada pelo Serviço Médico indicado pela Prefeitura de Itajubá, se necessário;
- g) Não ter sido punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo, condenado em processo criminal por prática de crimes contra a administração pública, capitulados nos títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492/86 e na Lei nº 8.429/92;
- h) Não estar, no ato da contratação, incompatibilizado para contratação no cargo escolhido;
- i) Não possuir antecedentes criminais;
- j) Não estar com idade de aposentadoria compulsória;
- k) Não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal.

5. DAS INSCRIÇÕES:

5.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente via Internet, no site oficial do município, no endereço eletrônico www.itajuba.mg.gov.br, assim como todo processo seletivo. Iniciando-se no dia 11 de março de 2021, às 13h e encerrando-se no dia 15 de março de 2021, às 17h, observando o horário oficial de Brasília/DF e os itens estabelecidos no capítulo 4º, deste Edital.

5.2. A inscrição do candidato implicará completo conhecimento e a tácita aceitação das normas legais pertinentes às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, e as condições previstas em Lei, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.

5.3. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante a exatidão dos dados cadastrais informados no Edital.

5.4. O comprovante de inscrição estará disponível após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line e deverá ser mantido em poder do candidato para eventual comprovação de inscrição, se necessário.

5.5. Efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da opção de cargo, sob hipótese alguma; portanto, antes de efetuar a inscrição, o candidato deve verificar atentamente as informações preenchidas.

5.6. Após o encerramento do período de inscrição estabelecido, não haverá a possibilidade de aceitação de novas inscrições.

5.7. A Prefeitura de Itajubá não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por falhas de comunicação,



congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados. Assim é recomendável que o candidato realize sua inscrição com a devida antecedência.

5.8. A partir da divulgação da relação de inscritos, o candidato deverá conferir no endereço eletrônico www.itajuba.mg.gov.br se os dados da inscrição estão confirmados.

5.9. Em caso negativo, o candidato deverá interpor recurso solicitando o deferimento da Inscrição, conforme anexo IV, munido do documento comprobatório da realização da inscrição, disponibilizado ao candidato pelo e-mail fornecido com as informações prestadas ao final do processo de Inscrição.

5.10. A apresentação dos documentos e das condições exigidas para participação do referido Processo Seletivo Simplificado será feita por ocasião da contratação, sendo que a não apresentação implicará na anulação de todos os atos praticados pelo candidato.

5.11. As informações prestadas na ficha de inscrição on-line são de inteira responsabilidade do candidato, ainda que realizada com o auxílio de terceiros, cabendo à Prefeitura de Itajubá o direito de excluir do Processo Seletivo Simplificado aquele que preenchê-la com dados incorretos, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

5.12. O candidato que desejar concorrer à vaga reservada a pessoas com deficiência deverá, obrigatoriamente, no ato da inscrição, informar em campo específico da Ficha de Inscrição, e proceder conforme estabelecido no Capítulo nº 6 deste Edital.

5.13. O candidato que desejar concorrer à vaga reservada a pessoas autodeclaradas Negro/Pardo, obrigatoriamente, no ato da inscrição, deverá informar em campo específico da Ficha de Inscrição, e proceder conforme estabelecido no Capítulo nº 7 deste Edital.

5.14. São de exclusiva responsabilidade do candidato, sob as penas da lei, as informações fornecidas no ato da inscrição.

6. DAS VAGAS RESERVADAS A CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

6.1. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem no presente Processo Seletivo, no cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas de cada cargo oferecidas neste Processo Seletivo, em obediência ao disposto no artigo 37, inciso VII da CF/88.

6.2. Consideram-se deficiências que asseguram ao candidato o direito de concorrer às vagas reservadas, aquelas identificadas nas categorias contidas no Artigo 4º do Decreto Federal nº3298/99 de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004 e pelo Decreto Federal nº 9.508, de 24/09/2018 atualizado.

6.3. Após o preenchimento das vagas contidas no Edital para as pessoas portadoras de deficiência será observado o mesmo percentual em caso de surgimento de novas vagas no decorrer do prazo de validade do Processo Seletivo.

6.4. O candidato portador de deficiência, durante o preenchimento da Inscrição, além de observar os procedimentos descritos neste Edital, deverá proceder da seguinte forma:

- a) Informar se é portador de deficiência;
- b) Informar o tipo de deficiência;
- c) Enviar laudo médico comprovando a deficiência.

6.5. O candidato portador de deficiência deverá disponibilizar através do site www.itajuba.mg.gov.br, durante o período de inscrição, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença-CID, bem como a provável causa da deficiência, e sua APTIDÃO ao cargo pretendido.

6.6. Na falta do laudo médico ou das informações indicadas no capítulo 6º deste edital, a Inscrição será processada como de candidato não portador de deficiência, mesmo que declarada tal condição, não podendo o candidato alegar posteriormente esta condição, para reivindicar a prerrogativa legal.

6.7. Não serão considerados como deficiência, os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

6.8. O candidato portador de deficiência, deverá atender a todos os itens especificados neste Edital.

6.9. Ao candidato portador de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas neste Edital, participará do Processo



Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

- 6.10. Na falta de candidatos habilitados para as vagas reservadas a portadores de deficiência, por falta de candidatos, por reprovação no Processo Seletivo Simplificado ou na perícia médica, as mesmas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.
- 6.11. O candidato será submetido, quando convocado, à Perícia Médica realizada por junta médica da Prefeitura Municipal, sem ônus para o mesmo, que terá decisão sobre a aptidão do candidato ao cargo a que concorre considerando o grau de deficiência.
- 6.12. A Perícia Médica mencionada, não exime o candidato portador de deficiência, dos exames de saúde pré-admissionais e regulares.
- 6.13. O candidato que, após avaliação médica, não for considerado portador de deficiência, nos termos da legislação vigente, permanecerá somente na lista geral de classificação do cargo para o qual se inscreveu.
- 6.14. O candidato que, após avaliação médica, tiver sua deficiência considerada incompatível com o exercício das atribuições do cargo pretendido e que, após análise, tiver recurso indeferido e esgotadas todas as instâncias possíveis de recurso, será eliminado do Processo Seletivo, com a consequente anulação do ato de posse correspondente.
- 6.15. Os candidatos, que no ato da inscrição, se declararem pessoas com deficiência, se aprovados no Processo Seletivo Simplificado, terão seus nomes divulgados na lista geral dos aprovados e em lista à parte.
- 6.16. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação, licença-saúde ou aposentadoria por invalidez.

7. DAS VAGAS RESERVADAS A CANDIDATOS AUTODECLARADOS NEGROS/PARDOS

- 7.1. Em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 3.111/2015, 20% (vinte por cento) das vagas destinadas a cada cargo, oferecidas neste Edital, serão destinadas aos candidatos negros.
- 7.2. Somente haverá reserva de vagas para candidatos negros se o número de vagas oferecidas for igual ou superior a 03 (três).
- 7.3. Caso os números de vagas reservadas resultem em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco) ou para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).
- 7.4. O candidato deverá na ficha de inscrição, informar qual a cor se autodeclara, negro ou pardo, caso tenha interesse em participar das vagas reservadas.
- 7.5. Poderão concorrer às vagas reservadas conforme capítulo 7º deste Edital, aqueles que se autodeclararem negros ou pardos no ato da inscrição do processo seletivo simplificado, conforme o quesito cor ou raça, utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- 7.6. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou cargo público, após procedimento administrativo, em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- 7.7. Será eliminado da lista de candidatos negros ou pardos, o candidato cuja autodeclaração assinalada na Ficha de Inscrição não se confirme.
- 7.8. Os candidatos autodeclarados negros ou pardos poderão concorrer ao cargo descrito no item 2.1 e, para fazerem jus às vagas reservadas, deverão alcançar o desempenho mínimo previsto neste Edital.
- 7.9. Se houver mais de 02 (dois) candidatos autodeclarados negros ou pardos aprovados, serão aplicados os mesmos critérios de desempate constantes no item 11 deste Edital.
- 7.10. No ato da inscrição, o candidato deverá informar se deseja concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros ou pardos; a autodeclaração somente terá validade se efetuada no momento da inscrição on-line.
- 7.11. Os candidatos autodeclarados negros ou pardos, deverão preencher corretamente a opção de Autodeclaração Racial, por intermédio do site www.itajuba.mg.gov.br, até a data de encerramento do período de inscrições.
- 7.12. Os candidatos que, no ato da inscrição, não manifestarem interesse em concorrer às vagas previstas no item 2.1, não selecionando a opção de autodeclaração de negro/pardo, não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.
- 7.13. Os candidatos autodeclarados negros ou pardos, participarão do processo em igualdade de condições com os demais



candidatos no que se refere ao horário e local de inscrição, avaliação de títulos e experiência profissional, critérios de aprovação e pontuação mínima exigida.

7.14. O candidato que se autodeclarar negro ou pardo, se aprovado no processo, figurará concomitantemente em lista específica e também na lista geral de aprovados, de acordo com a sua classificação no processo seletivo.

7.15. Na hipótese, de não haver número de candidatos autodeclarados negros ou pardos aprovados suficientes para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem geral de classificação.

7.16. A relação com os nomes dos candidatos que se autodeclararem negros ou pardos será publicada no Diário Oficial da Prefeitura de Itajubá/MG e afixada no quadro de avisos da Prefeitura de Itajubá/MG, na data prevista no Anexo III – Cronograma do Processo Seletivo.

7.17. O candidato disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir da divulgação da relação citada no item anterior, para contestar o indeferimento de sua inscrição ou da sua autodeclaração, por meio de recurso, por intermédio do Anexo IV deste edital. Após o período, não serão aceitos pedidos de revisão.

8. DA SELEÇÃO:

8.1. O Processo Seletivo Simplificado será realizado mediante apresentação e análise de títulos e de experiência profissional.

Parágrafo Único: A pontuação bem como os critérios de análise atribuída a cada item constam no Anexo II - Demonstrativo de contagem de pontos por títulos e experiência profissional.

8.2. Fica estipulada a pontuação máxima de 60 (sessenta) pontos para a computação de títulos e a pontuação máxima de 40 (quarenta) pontos para a comprovação de experiência profissional.

8.3. Na contagem geral de pontos dos títulos e da experiência profissional, que comprovem a qualificação profissional, não serão computados os pontos que ultrapassarem o limite estabelecido, conforme o anexo II.

8.4. Não serão considerados válidos os documentos enviados fora das especificações, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a disponibilização da documentação referente à seleção, não sendo aceita fora do prazo e local estabelecido.

8.5. Serão recusados, liminarmente, os candidatos que não atenderem às exigências deste Edital.

8.6. Na hipótese de não comprovação dos requisitos mínimos exigidos para o cargo, o candidato estará SUMARIAMENTE ELIMINADO do processo de seleção, não sendo publicada lista dos candidatos eliminados.

8.7. Em hipótese alguma, a documentação referente à Seleção será devolvida aos candidatos, após a realização do Processo Seletivo. A avaliação dos documentos referentes à seleção será de responsabilidade da Comissão, ficarão arquivados em local próprio, pelo período na forma da lei.

8.8. Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade, comprovada a culpa do mesmo, este será excluído do Processo.

8.9. Toda documentação de título e experiência profissional disponibilizada, deve estar nítida para cálculo de sua pontuação, ficando sob total responsabilidade do candidato o envio, em perfeito estado de interpretação; qualquer documento que dificulte sua leitura será desconsiderado pela comissão.

9. DA PROVA DE TÍTULOS:

9.1. O candidato deverá anexar os documentos para a pontuação de títulos, concomitantemente com a inscrição online.

9.2. Após o prazo de inscrição, estabelecido no anexo III, não serão aceitos pedidos de inclusão de Títulos e documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

9.3. Serão aceitos como documentos, os Títulos que forem representados por Diplomas e Certificados, definitivos de conclusão de curso, expedida por estabelecimento e instituições de ensino regularizadas perante os órgãos e entidades oficiais de ensino estaduais e federais, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

9.4. Os documentos de Títulos que forem representados por declarações ou certidões, deverão estar acompanhados do respectivo



histórico escolar, bem como deverão ser expedidos por Instituição Oficial, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

- 9.5. Não serão computados pontos aos itens exigidos como pré-requisito para o cargo pleiteado.
- 9.6. Os certificados de Pós Graduação Lato Sensu, com o mínimo de 360 (trezentas e sessenta) horas, deverão estar de acordo com a Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007.
- 9.7. No caso de Certificado de Conclusão de Pós-Graduação "Stricto Sensu" (Mestrado ou Doutorado), este deverá conter a data de conclusão e a aprovação da Dissertação ou Defesa da Tese.
- 9.8. Somente serão válidos para efeito de contagem dos títulos de Mestre e Doutor, os cursos reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/MEC.
- 9.9. Serão computados cursos relacionados à administração pública, e que tenham relação às atribuições do cargo pleiteado, com certificados de no mínimo 15 h, emitidos a partir de 01/01/2010.
- 9.10. Os certificados expedidos em língua estrangeira, deverão vir acompanhados pela correspondente tradução, efetuada por tradutor juramentado ou pela revalidação dada pelo órgão competente.
- 9.11. Os cursos deverão estar autorizados pelos órgãos competentes.
- 9.12. É da exclusiva responsabilidade do candidato, a apresentação e comprovação dos documentos de Títulos.
- 9.13. Não serão aceitas substituições de documentos, bem como de Títulos, que não constem nas tabelas apresentadas no Anexo II, deste Edital.
- 9.14. Não serão atribuídos pontos aos cursos que não sejam relacionados ao cargo pleiteado.
- 9.15. No somatório da pontuação de cada candidato, os pontos excedentes serão desprezados.
- 9.16. Serão considerados Títulos somente os constantes na tabela do anexo II.

10. DA COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

10.1. Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar a documentação referente a uma das seguintes opções:

10.1.1. Em Órgão Público:

- a) Certidão expedida pelo Poder Público, no âmbito da prestação da atividade, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor, datado e assinado pelo Departamento de Pessoal / Recursos Humanos do Órgão Emitente, especificando o período de trabalho exercido no cargo pleiteado, considerados a partir de 01/01/2010.
- b) Cópia da carteira de trabalho (páginas de identificação com foto e dados pessoais e registro dos contratos de trabalho), considerados a partir de 01/01/2010. Em caso de contrato de trabalho em vigor (carteira sem data de saída), o tempo de serviço será pontuado até a data de 30/01/2021;

10.1.2. Em Empresa Privada:

- c) Cópia da carteira de trabalho (páginas de identificação com foto e dados pessoais e registro dos contratos de trabalho), considerados a partir de 01/01/2010. Em caso de contrato de trabalho em vigor (carteira sem data de saída), o tempo de serviço será pontuado até a data de 30/01/2021;
- d) Cópia dos Atos Constitutivos da empresa, identificando o candidato como proprietário ou sócio da empresa privada. Juntamente com as Notas Fiscais mensais de prestação de trabalho, para comprovação da experiência no cargo pleiteado, considerados a partir de 01/01/2010.

10.1.3. Autônomo ou Profissional Liberal



- e) Cópia de contratos de prestação de serviços firmados e prestados entre o período de 01/01/2010 a 30/01/2021;
- a) Cópia das Notas Fiscais dos Contratos de serviços apresentados entre o período de 01/01/2010 à 30/01/2021;

10.2. Não será considerada como experiência profissional, a apresentação de documentos relacionados à prestação de estágio e monitoria.

10.3. Apenas será computada como experiência profissional, o exercício de atividade que tenha relação direta com as atribuições do cargo pleiteado, considerada a partir de 01/01/2010.

10.4. É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente no cargo pleiteado.

10.5. Sob hipótese alguma será aceita comprovação de exercício profissional fora dos padrões especificados.

10.6. Não serão atribuídos pontos, aos documentos de comprovação de experiência profissional, que não sejam relacionados ao cargo pleiteado.

10.7. Para os candidatos que mantiveram vínculo com o Poder Público Municipal de Itajubá, a expedição da declaração do tempo de serviço será de responsabilidade do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itajubá.

11. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS:

11.1. A nota final de cada candidato, será igual ao total de pontos obtidos na prova de Títulos, acrescido dos pontos obtidos com a comprovação de Experiência Profissional.

11.2. Serão elaboradas 3 (três) listas de classificação para cada cargo, uma geral, com a relação de todos os candidatos, incluindo os candidatos com deficiência e negros ou pardos, uma específica, com a relação apenas dos candidatos com deficiência e outra específica com a relação apenas dos candidatos negros ou pardos.

11.3. O resultado provisório do Processo Seletivo Simplificado, será publicado no Diário Oficial do Município, e divulgado na Internet no endereço eletrônico www.itajuba.mg.gov.br, cabendo recurso nos termos do Capítulo 12º, deste Edital.

11.4. Após o julgamento dos recursos, eventualmente interpostos, será divulgada a lista de Classificação Final, não cabendo mais recursos.

11.5. A lista de Classificação Final será divulgada no endereço eletrônico www.itajuba.mg.gov.br e publicado no Diário Oficial do Município.

11.6. Serão publicados no Diário Oficial do Município, apenas os resultados dos candidatos que lograram classificação no Processo Seletivo Simplificado.

11.7. No caso de igualdade na classificação final, dar-se-á preferência sucessivamente ao candidato que:

- a) Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso – Lei Federal nº 10.741/03;
- b) Tiver maior idade, para os candidatos não alcançados pelo Estatuto do Idoso.
- c) Obtiver maior pontuação com a comprovação de Experiência Profissional.
- d) Obtiver maior pontuação com a Titulação.

11.8. Persistindo o empate, mesmo após aplicados os respectivos critérios de desempate previstos no item 11.7 e subitens deste Capítulo, deverá ser feito sorteio, possibilitando a presença dos candidatos envolvidos.

11.9. A classificação no presente Processo Seletivo Simplificado, não gera aos candidatos direito à contratação para o cargo, cabendo ao Município de Itajubá, o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, respeitada, sempre, a ordem de classificação.

11.10. A ordem de classificação do candidato, não lhe garante escolha do local de trabalho, a qual será determinada sempre pelo Município de Itajubá, em consonância com sua necessidade.



12. RECURSOS:

12.1. Os recursos interpostos, serão levados à Comissão Organizadora do Processo Seletivo, com prazo máximo de 48 horas, observando-se a data da realização ou da publicação na imprensa oficial do Município, e no mural de avisos localizado na sede da Prefeitura do Município de Itajubá.

12.2. No que tange à impugnação do edital, após o requerente ingressar com o recurso, conforme cronograma constante do anexo III, a Comissão Organizadora terá 48 horas para apresentar a resposta, através de publicação na imprensa oficial do Município, e mural de avisos localizado na sede da Prefeitura do Município de Itajubá.

12.3. Será aceito somente um recurso por candidato, devendo conter as informações e fundamentações necessárias à reavaliação pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

12.4. Somente será aceito o recurso protocolado, em original, conforme Anexo IV, no Protocolo Geral e encaminhado para a Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, na sede da Prefeitura do Município Itajubá.

12.5. O recurso formulado fora do prazo estipulado, será de pronto indeferido, sendo para tanto considerada a data do respectivo protocolo.

13. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO:

13.1. A designação em caráter temporário, de que trata esse Edital, dar-se-á, mediante assinatura de contrato administrativo de prestação de serviços, na função escolhida pelo candidato aprovado.

13.2. A contratação temporária de pessoal dar-se-á, de acordo com as necessidades de serviços, a partir da homologação do resultado final, publicado na imprensa oficial.

13.3. No ato da assinatura do contrato, o candidato deverá apresentar cópia dos seguintes documentos:

- a. Cédula de identidade;
- b. Título de eleitor, com comprovante de votação da última eleição ou certidão de quitação eleitoral;
- c. CPF;
- d. PIS/PASEP;
- e. Carteira de trabalho;
- f. Comprovante de residência atualizado;
- g. Certidão de Nascimento e carteira de vacinação de filhos menores, se houver;
- h. Comprovação através de Diploma ou declaração da escolaridade mínima exigida;
- i. Cadastro ativo no conselho de classe para os cargos de nível superior.
- j. Certidão de nascimento, se solteiro ou Certidão de Casamento se casado;
- k. Certificado Militar para o sexo masculino;
- l. 01 Foto ¾;
- m. Declaração da Superintendência de Ensino de Itajubá;
- n. Declaração de Benefício INSS;
- o. Certidão Negativa Criminal;
- p. Atestado de Antecedentes Criminais;

13.4. A vigência do contrato de trabalho será de acordo com a demanda existente, pelo prazo de 03 (três) meses, com possibilidade de prorrogação, conforme avaliação de conveniência e oportunidade da Administração Pública.

13.5. O candidato selecionado poderá, a qualquer tempo, ter sua inscrição cancelada ou seu contrato rescindido por apresentação de documentos falsos, sendo responsabilizado civil e criminalmente pela ação.

13.6. O candidato será contratado para cumprir a carga horária estabelecida para o respectivo cargo, de acordo com o exposto na tabela do item 2 deste Edital, e deverá cumpri-la atendendo as necessidades da Administração Pública.



13.7. O contrato poderá ser rescindido antes do prazo previsto, unilateralmente, nos seguintes casos:

- a. No caso de prática de infrações disciplinares, apuradas mediante sindicância, assegurada a ampla defesa, de acordo com a Lei Municipal nº 2854/2011.
- b. Por término da situação emergencial e/ou temporária que deu origem a contratação.
- c. Caso o município atinja o limite prudencial a que alude o Art.22, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

14. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA SELEÇÃO:

14.1. Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado o seu julgamento, a Comissão encaminhará o Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.2. Homologado o resultado final, será lançada publicação com a classificação geral dos candidatos aprovados, quando, então, passará a fluir o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, ficando este adstrito à vigência da Lei Municipal autorizativa das contratações.

14.3. Os contratos, oriundos deste Processo Seletivo, terão vigência adstrita à vigência do prazo definido na lei autorizativa das contratações.

15. CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

15.1. Homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, e autorizada a contratação pela SEMAD – Secretaria Municipal de Administração, será convocado o primeiro colocado para, no prazo de 05 (cinco) dias, prorrogável uma única vez, a critério da Administração Municipal, comprovar o atendimento das seguintes condições:

- a) Estar devidamente aprovado no processo seletivo e classificado dentro das vagas estabelecidas neste Edital;
- b) Ter nacionalidade brasileira.
- c) Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
- d) Estar quieto com as obrigações **seleitorais e militares** (esta última para candidatos do sexo masculino);
- e) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;
- f) Possuir habilitação para a função pretendida, conforme disposto na tabela de cargos, na data da posse;
- g) Não perceber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do inciso XVI e parágrafo 10º do Art. 37 da Constituição Federal;

15.2. A convocação do candidato classificado, será realizada por meio de publicação no Diário Oficial do Município (www.itajuba.mg.gov.br).

15.3. Não comparecendo o candidato convocado, ou verificando-se o não atendimento às condições exigidas para a contratação, serão convocados os demais classificados, observando-se, a ordem cronológica crescente.

15.4. No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a rescisão contratual, poderão ser chamados para contratação os candidatos classificados, sendo observada a ordem classificatória.

16. DO FORO JUDICIAL

16.1. O foro judicial, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo de que trata este Edital, é o da Comarca de Itajubá, Estado de Minas Gerais.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:



- 17.1. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo, para esse fim, a publicação do resultado final.
- 17.2. Os candidatos aprovados e classificados, deverão manter atualizados os seus endereços.
- 17.3. Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no Edital, conforme dispuser a legislação local.
- 17.4. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções contidas neste Edital.
- 17.5. O resultado provisório e o final serão afixado no Mural de Avisos na Sede da Prefeitura do Município de Itajubá e na página de internet do Município, bem como todas as demais comunicações necessárias à realização do certame.
- 17.6. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:
- a) Fizer, em qualquer fase, declaração falsa ou inexata;
 - b) Não mantiver atualizado seu endereço e contato telefônico;
 - c) Comportar-se de forma inadequada, ou faltar com o devido respeito a qualquer membro da equipe encarregada da realização do Processo Seletivo;
 - d) Utilizar-se de qualquer meio, na tentativa de burlar o Processo Seletivo, ou de falsa identificação pessoal;
 - e) Em caso de descumprimento a itens deste Edital.
- 17.7. O candidato que no momento da convocação, optar pela desistência, será excluído do certame, por decadência do direito de investidura no serviço.
- 17.8. A inscrição do candidato, implicará no reconhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e suas instruções específicas, não podendo alegar desconhecimento.
- 17.9. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico perante a Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Itajubá, enquanto estiver participando deste processo seletivo, por meio de requerimento a ser enviado à Comissão Organizadora do Processo Seletivo. São de exclusiva responsabilidade do candidato, os prejuízos advindos da não atualização de seu contato telefônico e endereço.
- 17.10. A convocação será realizada pela Secretaria de Administração, via Termo de Convocação publicado no Diário Oficial do Município; caso o candidato não se apresente no prazo previsto no referido Termo, será dado seguimento à lista de classificação.
- 17.11. Em situações excepcionais, devidamente justificados pela Administração, a convocação dos candidatos aprovados poderá ser realizada através de três ligações em horários alternados; caso o número informado encontrar-se desligado ou fora da área de serviço, será dado seguimento à lista de classificação, haja vista a continuidade do serviço público.
- 17.12. O candidato classificado, poderá ser convocado a assumir uma vaga para a Atividade Temporária na função que desejou concorrer, bem como convocado para realizar substituições com períodos superiores a 15 dias, observando a demanda existente e seguindo rigorosa ordem de classificação.
- 17.13. O candidato convocado para substituições, retornará à lista de acordo com sua classificação, após o término do período para o qual foi contratado, podendo ser novamente convocado, caso surjam novas vagas, sendo observada a ordem de classificação.
- 17.14. Ao candidato não será permitida a troca de unidade ou órgão designado, permanecendo no mesmo enquanto durar a convocação, exceto por interesse público previamente ajustado pela hierarquia superior.
- 17.15. Os classificados poderão ser convocados para o início das atividades a partir da homologação do Processo Seletivo.
- 17.16. Será composta uma Comissão Organizadora do Processo Seletivo, encarregada de examinar as proposições técnicas e de realizar o Processo Seletivo.
- 17.17. Os casos não previstos, no que tange à realização do Processo Seletivo, serão resolvidos pela Comissão Organizadora nomeada através de ato pertinente.

Prefeitura Municipal de Itajubá, 10 de março de 2021.

JULIANO GALDINO TEIXEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DO CARGO****CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM DE ESF****Descrição das funções:**

Compreende os cargos que se destinam a orientar o pessoal auxiliar quanto às tarefas simples de enfermagem e atendimento ao público, executar as de maior complexidade, auxiliar os enfermeiros em suas atividades específicas. ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- prestar, sob orientação do Enfermeiro, serviços técnicos de enfermagem, ministrando medicamentos ou tratamentos aos pacientes; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- efetuar coleta de material dos pacientes para realização de exames, conforme determinação médica ou rotina dos programas de saúde; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- controlar sinais vitais dos pacientes, utilizando aparelhos de ausculta e pressão; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica ou de enfermagem; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- orientar os pacientes em assuntos de sua competência; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- preparar e esterilizar material, instrumental, ambientes e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- aplicar injeções intramusculares e intravenosas, entre outras, segundo prescrição médica; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- organizar os consultórios médicos de acordo com a especialidade a qual se destinam, provendo-os com os respectivos materiais e instrumentais pertinentes; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- auxiliar o médico em pequenas cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- orientar e supervisionar os Auxiliares de Enfermagem, a fim de garantir a qualidade da execução dos trabalhos; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- auxiliar na coleta e análise de dados sócio sanitários da comunidade, para o estabelecimento de programas de educação sanitária; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- proceder a visitas domiciliares, a fim de efetuar testes de imunidade, vacinação, investigações, bem como, auxiliar na promoção e proteção da saúde de grupos prioritários; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- participar de programas educativos de saúde que visem motivar e desenvolver atitudes e hábitos sadios em grupos específicos da comunidade, tais como crianças, gestantes, idosos entre outros); ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- aplicar vacinas e injeções em crianças e adultos; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- preencher mapas estatísticos, totalizando atendimento e procedimentos executados, para possibilitar controle periódico da prestação do serviços executados pela unidade; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- participar de campanhas de vacinação; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- controlar o consumo de medicamentos e demais materiais de consumo em ambulatório, verificando nível de estoque para oportunamente, solicitar reposição; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

- auxiliar no atendimento à população em programa de emergência; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))



- supervisionar e orientar a limpeza e desinfecção dos recintos, bem como zelar pela conservação dos equipamentos que utiliza; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))
- manter o local de trabalho limpo e arrumado; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))
- auxiliar os Enfermeiros em suas atribuições não privativas; ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))
- controlar o crescimento e o desenvolvimento de crianças, anotando pesos e medidas em ficha própria para entregar ao Médico ou ao Enfermeiro. ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#)).

Requisitos para provimento:

Curso de Técnico de Enfermagem e registro no COREN. ([Redação dada pela Lei 3.322, de 2019](#))

CARGO: MÉDICO DE ESF

Descrição das funções:

Realizar consultas clínicas aos usuários da sua Unidade de Saúde; Executar ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; Realizar consultas e procedimentos na ESF e, quando necessário, no domicílio; Realizar atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001; Aliar a atuação clínica à prática de saúde coletiva; Fomentar a criação de grupos de patologias específicas como de hipertensão, de diabéticos, de saúde mental, etc.; Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário e garantindo a continuidade do tratamento no ESF, por meio de um sistema de acompanhamento de referências e contra referência; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Indicar a internação hospitalar; Solicitar exames complementares; Verificar e atestar óbitos em residências atendidas pela ESF.

Requisitos para provimento:

Nível Superior completo, formação em Medicina e registro ativo no CRM.

CARGO: FARMACÊUTICO

Descrição das funções:



- assumir a responsabilidade pela execução de todos os atos farmacêuticos praticados na farmácia, cumprindo-lhe respeitar e fazer respeitar as normas referentes ao exercício da profissão farmacêutica; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- fazer com que sejam prestados ao público esclarecimentos quanto ao modo de utilização dos medicamentos, nomeadamente de medicamentos que tenham efeitos colaterais indesejáveis ou alterem as funções nervosas superiores; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- articular a integração com serviços (unidades de saúde da família, unidades básicas de saúde, urgência e emergência, centro de referência, entre outros), com profissionais de saúde, centros de estudos e informação sobre medicamentos existentes em universidades, entre outros; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- participar de comissões técnicas; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- adotar normas e procedimentos operacionais para todas as atividades desenvolvidas; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- programar por critérios epidemiológicos os medicamentos necessários ao fluxo de abastecimento; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- assegurar a disponibilidade da informação sobre medicamentos, apoiando os profissionais de saúde, com a finalidade de racionalizar o uso e promover melhoria da qualidade da farmacoterapia; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- articular-se com a rede de farmácias notificadoras da ANVISA; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- elaborar instrumentos de controle e avaliação de cobertura e atendimento de demanda; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- garantir condições adequadas para armazenamento de medicamentos; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- controlar e analisar a movimentação físico-financeira dos estoques de medicamentos; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- estabelecer mecanismos de controle e avaliação das atividades desenvolvidas; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- manter cadastro atualizado de usuários de medicamentos e de prescritores, com ênfase nos programas de saúde existentes; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- participar dos programas de capacitação em serviço dos profissionais de saúde; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- realizar estudos de farmacoeconomia e estudos farmacoepidemiológicos; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- prestar orientação individual e coletiva quanto ao uso correto de medicamentos; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- realizar a dispensação de medicamentos; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- realizar o seguimento da farmacoterapia, com ênfase na adesão ao tratamento, no monitoramento de reações adversas para implementação da farmacovigilância; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- sinalizar à equipe de saúde a necessidade de busca ativa de pacientes; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- guardar sigilo profissional. (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)

Requisitos para provimento:

- Curso Superior em Farmácia, acrescido de habilitação legal para exercício da profissão. (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)



CARGO: FISIOTERAPEUTA

Descrição das funções:

- realizar testes musculares, funcionais, de amplitude articular, de verificação cinética e movimentação, de pesquisa de reflexos, provas de esforço e de atividades, para identificar o nível de capacidade funcional dos órgãos afetados; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- planejar e executar tratamentos de afecções reumáticas, osteoarticulares e sequelas de acidentes vasculares cerebrais, poliomielite, raquimedulares, de paralisias cerebrais, motoras, neurógenas de nervos periféricos, miopatias entre outros; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- atender a amputados, preparando o coto e fazendo treinamento com prótese, para possibilitar a movimentação ativa e independente dos mesmos; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- ensinar aos pacientes exercícios corretivos para a coluna, os defeitos dos pés, as afecções dos aparelhos respiratório e cardiovascular, orientando-os e treinando-os em exercícios ginásticos especiais a fim de promover correções de desvios posturais e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- proceder ao relaxamento e a aplicação de exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente, para promover a descarga ou liberação da agressividade e estimular a sociabilidade; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- efetuar aplicação de ondas curtas, ultrassom e infravermelho nos pacientes, conforme a enfermidade, para aliviar ou terminar com a dor; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- aplicar massagens terapêuticas, utilizando fricção, compressão e movimentação com aparelhos adequados ou com as mãos; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- eleger meios terapêuticos a ser utilizado, mediante avaliação fisioterápica e diagnóstico médico; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento ou aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes a sua área de atuação; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; atuar em equipe multiprofissional de saúde; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- realizar outras atribuições compatíveis com as exigências de sua categoria profissional. (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)

Requisitos para provimento:



- Curso Superior em Fisioterapia, acrescido de habilitação legal para exercício da profissão. (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

Descrição das funções:

- avaliar as deficiências dos pacientes, realizando exames fonéticos, de linguagem, audiometria, além de outras técnicas próprias para estabelecer plano de tratamento ou terapêutico; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- elaborar plano de tratamento dos pacientes, baseando-se nas informações médicas, nos resultados dos testes de avaliação fonoaudiológica e nas peculiaridades de cada caso; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- desenvolver trabalhos de correção de distúrbios da palavra, voz, linguagem e audição, objetivando a reeducação neuromuscular e a reabilitação do paciente; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- avaliar os pacientes no decorrer do tratamento, observando a evolução do processo e promovendo os ajustes necessários na terapia adotada; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- promover a reintegração dos pacientes a família e a outros grupos sociais; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes a sua área de atuação; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- desenvolver atividades coletivas de promoção e proteção à saúde em geral e da comunicação humana (aleitamento, desenvolvimento infantil, maus hábitos orais, saúde auditiva, vocal, etc.), nos centros de saúde, instituições e comunidade, a partir do levantamento das necessidades locais; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- realizar outras atribuições compatíveis com as exigências de sua categoria profissional. (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)

Requisitos para provimento:

- Curso Superior em Fonoaudiologia, acrescido de habilitação legal para exercício da profissão. (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)



CARGO: MOTORISTA

Descrição das funções:

- conduzir automóveis, caminhões, ambulância e demais veículos de transporte de passageiros e cargas, dentro ou fora do Município; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- verificar, diariamente, as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagens, faróis, abastecimento de combustíveis, entre outros; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da tarefa; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- zelar pela segurança de passageiros, verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- fazer pequenos reparos de urgência; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- manter o veículo limpo, interna e externamente, e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- anotar, segundo normas estabelecidas, a quilometragem rodada, viagens realizadas, objetos, pessoas transportadas, itinerários e outras ocorrências; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- recolher o veículo após o serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- conduzir os servidores da Prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- conduzir os alunos da rede municipal de ensino residentes em zonas rurais, em veículos escolares, de pontos determinados pela Secretaria Municipal de Educação para as respectivas escolas; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- orientar o carregamento e descarregamento de cargas a fim de manter o equilíbrio do veículo e evitar danos aos materiais transportados. (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)

Requisitos para Provimento:

- Instrução – ensino médio completo, munido de carteira de habilitação profissional, Categoria D, devidamente renovada pelo DETRAN;
- Experiência mínima de 02 (dois) anos, no exercício de atividades similares às descritas para a Classe, comprovado em carteira de trabalho ou por ato administrativo;
- Ter sido considerado APTO em avaliação psicológica, comprovada através de laudo técnico.

CARGO: ENFERMEIRA DE ESF

Descrição das funções:

- elaborar plano de enfermagem a partir de levantamento e análise das necessidades prioritárias de atendimento aos clientes; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)



- planejar, organizar, supervisionar e avaliar os serviços de enfermagem, atuando técnica e administrativamente, a fim de garantir o padrão de assistência desejado; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- desenvolver tarefas de enfermagem de maior complexidade na execução de programas de saúde pública e no atendimento aos clientes; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- participar de equipe multiprofissional na elaboração de programas Municipais ou estaduais de saúde pública; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- participar de equipe multiprofissional no planejamento de construções e reformas das Unidades de Saúde e assistenciais; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- planejar, organizar, supervisionar, coletar, analisar e avaliar os dados sócios sanitários da comunidade a ser atendida pelos programas de saúde; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- estabelecer programas para atender às necessidades de saúde da comunidade, dentro dos recursos disponíveis; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- realizar programas educativos em saúde, ministrando palestras e coordenando reuniões, a fim de motivar e desenvolver atitudes e hábitos saudáveis; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- realizar consulta de enfermagem, fazendo as prescrições de cuidados de saúde competentes a cada caso; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- planejar, supervisionar, orientar e avaliar os servidores que o auxiliam na execução das atribuições típicas da classe; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- definir e escolher a aquisição de recursos permanentes e de consumo, para o setor de compras, de acordo com as normas técnicas; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- participar da Comissão de Licitação de Compras de materiais permanentes e de consumo na área de saúde; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- opinar na alocação de recursos humanos e materiais; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- controlar o padrão de esterilização dos equipamentos e instrumentos utilizados, bem como supervisionar a desinfecção dos locais onde se desenvolvem os serviços de saúde; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- dar atendimento humanizado aos clientes e familiares; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- coletar material para exame laboratorial, de acordo com as normas estabelecidas; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- assumir a responsabilidade técnica pelos serviços específicos de enfermagem; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- planejar, organizar, supervisionar, executar e avaliar atividades de vigilância epidemiológica, de controle compulsório, notificando o portador e realizando visitas domiciliares periódicas à comunidade; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas científicas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades em sua área de atuação; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)
- participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas ou privadas, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos científicos, para



fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)

- realizar outras atribuições compatíveis com as exigências de sua categoria profissional. (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)

Requisitos para Provimento:

- Curso Superior em Enfermagem, acrescido de habilitação legal para o exercício da profissão. (Redação dada pela Lei 3.322, de 2019)



ANEXO II

DEMONSTRATIVO DE CONTAGEM DE PONTOS POR TÍTULOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF

TÍTULOS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Curso de Saúde da Família. (Fotocópia do certificado)	20	20
Curso de Graduação na área da Saúde, em Instituição reconhecida pelo MEC. (Fotocópia do certificado e/ou declaração de conclusão com indicação de carga horária)	20	20
Congressos, jornadas, palestras e cursos relacionados à área da saúde. (Fotocópia dos certificados)	05 pontos por título	20
PONTUAÇÃO MÁXIMA	60 PONTOS	

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Experiência Profissional, no serviço público municipal, estadual e federal, e na iniciativa privada, como Técnico de Enfermagem.	01 pontos por mês trabalhado	40
Tempo de Serviço Técnico de Enfermagem prestado no Programa da Saúde da Família.	05 pontos por mês trabalhado	40
PONTUAÇÃO MÁXIMA	40 PONTOS	

**CARGO: MÉDICO DE ESF**

TÍTULOS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Residência Médica, com exceção da residência em Saúde da Família. (Fotocópia do certificado e/ou declaração de conclusão com indicação de carga horária)	05	05
Especialização na área de Saúde, em Instituição reconhecida pelo MEC, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas. (Fotocópia do certificado e/ou declaração de conclusão com indicação de carga horária)	10	10
Curso Introdutório em Saúde da Família. (Fotocópia do certificado)	10	10
Residência Médica em Saúde da Família, em Instituição reconhecida pelo MEC. (Fotocópia do certificado e/ou declaração de conclusão com indicação de carga horária)	15	15
Congressos, jornadas, palestras e cursos relacionados à área da saúde. (Fotocópia dos certificados)	05 pontos por título	20
PONTUAÇÃO MÁXIMA		60 PONTOS

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Experiência Profissional, no serviço público municipal, estadual e federal, e na iniciativa privada, como médico.	01 pontos por mês trabalhado	40
Tempo de Serviço Médico prestado no Programa da Saúde da Família.	05 pontos por mês trabalhado	40
PONTUAÇÃO MÁXIMA		40 PONTOS



CARGO: FARMACÊUTICO

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

TÍTULOS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Certificado de Pós-graduação e Especialização na área.	10	10
Certificado de Mestrado e Doutorado na área.	30	30
Congressos, jornadas, palestras e cursos relacionados. (fotocópia dos certificados).	05 pontos por título	20
PONTUAÇÃO MÁXIMA	60 PONTOS	

EXPERIENCIA PROFISSIONAL

EXPERIENCIA PROFISSIONAL	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Experiência Profissional, no serviço público municipal, estadual e federal, e na iniciativa privada, como Farmacêutico.	01 pontos por mês trabalhado	40
PONTUAÇÃO MÁXIMA	40 PONTOS	

**CARGO: FISIOTERAPEUTA**

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR		
TÍTULOS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Certificado de Pós-graduação e Especialização na área.	10	10
Certificado na área respiratória de acordo com as atribuições contidas na Lei nº067/2011: <u>as afecções dos aparelhos respiratório e cardiovascular, orientando-os e treinando-os em exercícios ginásticos especiais a fim de promover correções de desvios posturais e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea;</u>	30	30
Congressos, jornadas, palestras e cursos relacionados. (fotocópia dos certificados).	05 pontos por título	20
PONTUAÇÃO MÁXIMA	60 PONTOS	

EXPERIENCIA PROFISSIONAL	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Experiência Profissional, no serviço público municipal, estadual e federal, e na iniciativa privada, como Fisioterapeuta.	01 pontos por mês trabalhado	40
Experiência Profissional, no serviço público municipal, estadual e federal, e na iniciativa privada, como Fisioterapeuta Respiratório.	05 pontos por mês trabalhado	40
PONTUAÇÃO MÁXIMA	40 PONTOS	

**CARGO: MOTORISTA**

TEMPO DE SERVIÇO	
Declaração ou Certidão de Tempo de Serviço ou Carteira de Trabalho (com identificação do candidato e tempo de serviço) na função pleiteada. Obs: Contados a partir de 2010 e será limitado ao máximo de 40 (quarenta) pontos, sendo que fração de mês não será considerada.	PONTUAÇÃO
	1,0 (um) ponto por trabalhado
40 PONTOS	

CARGOS DE NIVEL MEDIO COMPLETO		
Nº DE TÍTULO	NATUREZA DO TÍTULO	PONTUAÇÃO
1	Cursos na área de atuação oferecidos por entidades reconhecidas/ credenciadas pelo DETRAN	10,0 pontos
2	Curso de Direção Defensiva	10,0 pontos
3	Curso de Primeiros Socorros	10,0 pontos
4	Curso sobre a Resolução 168.	10,0 pontos
		60 PONTOS

OBS:

1. Será desclassificado, automaticamente, o candidato que perder o total dos pontos nos dois itens.
 2. Será descontado 01 (um) ponto a cada erro.
- a) Prova pratica para o cargo de **Motorista**, a prova consistirá na condução, pelo candidato, de veículos de acordo com as atribuições do cargo/função, utilizados pela Prefeitura Municipal. Será avaliada a condução do veículo, por trajeto em via pública, urbana ou rural, onde o candidato, só poderá realizar a prova portando a sua CNH na categoria exigida conforme consta neste edital.
- b) O candidato será avaliado pela comissão examinadora a ser nomeada por ato administrativo, com propósito específico de avaliação dos candidatos do processo seletivo 001/2021, não sendo o resultado classificatório, apenas eliminatório, sendo os candidatos considerados ao fim da avaliação pratica **Apto ou Não Apto**.
- c) Para nortear os serviços da comissão, em função da pontuação negativa por faltas cometidas durante a realização da prova, ficam estabelecidos os seguintes critérios de faltas:

01 - Faltas Eliminatórias



– uma falta eliminará o candidato imediatamente, que será considerado “Não Apto” no respectivo Concurso;

02 - Faltas Graves

– uma falta equivale a 20 pontos;

03 - Faltas Médias

– uma falta equivale a 15 pontos;

04 – Faltas Leves

– uma falta equivale a 10 pontos;

05 - Postura

– uma falta equivale a 5 pontos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Todo candidato iniciará a prova com 100 pontos e, a cada falta cometida, será deduzido o equivalente a esta. Será considerado aprovado o candidato que permanecer com, no mínimo, 50% dos pontos já descontados os pontos referentes às faltas cometidas.

01 - FALTAS ELIMINATÓRIAS (Será automaticamente Eliminado o candidato que cometer uma dessas faltas)

- Avançar a via preferencial.
- Desobedecer à sinalização semafórica e de parada obrigatória
- Exceder a velocidade regulamentada para a via.
- Não completar a realização de todas as etapas do exame.
- Provocar acidente durante a realização do exame
- Subir na calçada destinada só para trânsito de pedestre ou nela estacionar.
- Transitar em contra-mão de direção.
- Não completar tarefa dada pela comissão.

02 – FALTAS GRAVES (serão descontados 20 pontos por falta cometida)

- Deixar a porta do veículo aberta ou semiaberta durante o percurso ou parte dele.
- Deixar de observar a preferência do pedestre, quando ele estiver atravessando a via transversal, na qual vai entrar ou quando o pedestre não tenha concluído a travessia, mesmo que ocorra sinal verde para o veículo;
- Deixar de observar as regras de ultrapassagem, de preferência da via ou mudança de direção.
- Não sinalizar, com antecedência, a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente;
- Não usar devidamente o cinto de segurança;
- Perder o controle da direção do veículo em movimento;
- Tocar o cone durante a realização da Prova de Baliza;
- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave.

03 - FALTAS MÉDIAS (serão descontados 15 pontos por falta cometida)

- Desengrenar o veículo nos declives.
- Engrenar as marchas de maneira incorreta, durante o percurso.
- Engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta, durante o percurso
- Entrar nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro;
- Executar o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre
- Fazer conversão com imperfeição.
- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova.
- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido
- Usar o pedal de embreagem antes de usar o pedal de freio, nas frenagens.
- Utilizar incorretamente os freios.
- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média.

04 - FALTAS LEVES (serão descontados 10 pontos por falta cometida)

- Ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor.
- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento.
- Dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada.



- Não ajustar devidamente os espelhos retrovisores.
- Provocar movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado;
- Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via.
- Utilizar ou interpretar incorretamente os instrumentos do painel do veículo.
- Cometer qualquer outra infração de natureza leve.

05 – POSTURA (serão descontados 5 pontos)

- Cansaço
- Uso de álcool
- Falta de atenção

CARGO: ENFERMEIRO DE ESF

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

TÍTULOS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Certificado de Pós-graduação e Especialização na área.	10	10
Certificado de Mestrado e Doutorado na área.	30	30
Congressos, jornadas, palestras e cursos relacionados. (fotocópia dos certificados).	05 pontos por título	20
PONTUAÇÃO MÁXIMA	60 PONTOS	

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Experiência Profissional, no serviço público municipal, estadual e federal, e na iniciativa privada, como Enfermeiro de ESF.	01 pontos por mês trabalhado	40
Tempo de Serviço Enfermeiro prestado no Programa da Saúde da Família.	05 pontos por mês trabalhado	40

**ANEXO III – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO****INSCRIÇÕES**

DATA	HORÁRIO	LOCAL
11/03/2021 a 15/03/2021	Início das inscrições as 13h do dia 11/03/2021. Enceramento das inscrições as 17h do dia 15/03/2021.	Site da Prefeitura Municipal de Itajubá

DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CANDIDATOS INCRITOS PARA OS CARGOS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM, MÉDICO DE ESF, FARMACEUTICO, FISIOTERAPEUTA, FONOAUDIOLOGO, MOTORISTA E ENFERMEIRO DE ESF

DATA	HORÁRIO	LOCAL
16/03/2021	13h às 17h	Mural e Site da Prefeitura Municipal de Itajubá

PRAZO RECURSAL DA HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÃO

DATA	HORÁRIO	LOCAL
17 a 18/03/2021	13h às 17h	Mural e Site da Prefeitura Municipal de Itajubá

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO

DATA	HORÁRIO	LOCAL
22/03/2021	A partir das 17h	Mural e Site da Prefeitura Municipal de Itajubá



RECURSO DA NOTA PROVISÓRIA

DATA	HORÁRIO	LOCAL
23/03/2021 e 24/03/2021	A partir das 17h	Mural e Site da Prefeitura Municipal de Itajubá

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE RECURSO

DATA	HORÁRIO	LOCAL
25/03/2021	A partir das 17h	Mural e Site da Prefeitura Municipal de Itajubá

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

DATA	HORÁRIO	LOCAL
25/03/2021	A partir das 17h	Mural e Site da Prefeitura Municipal de Itajubá

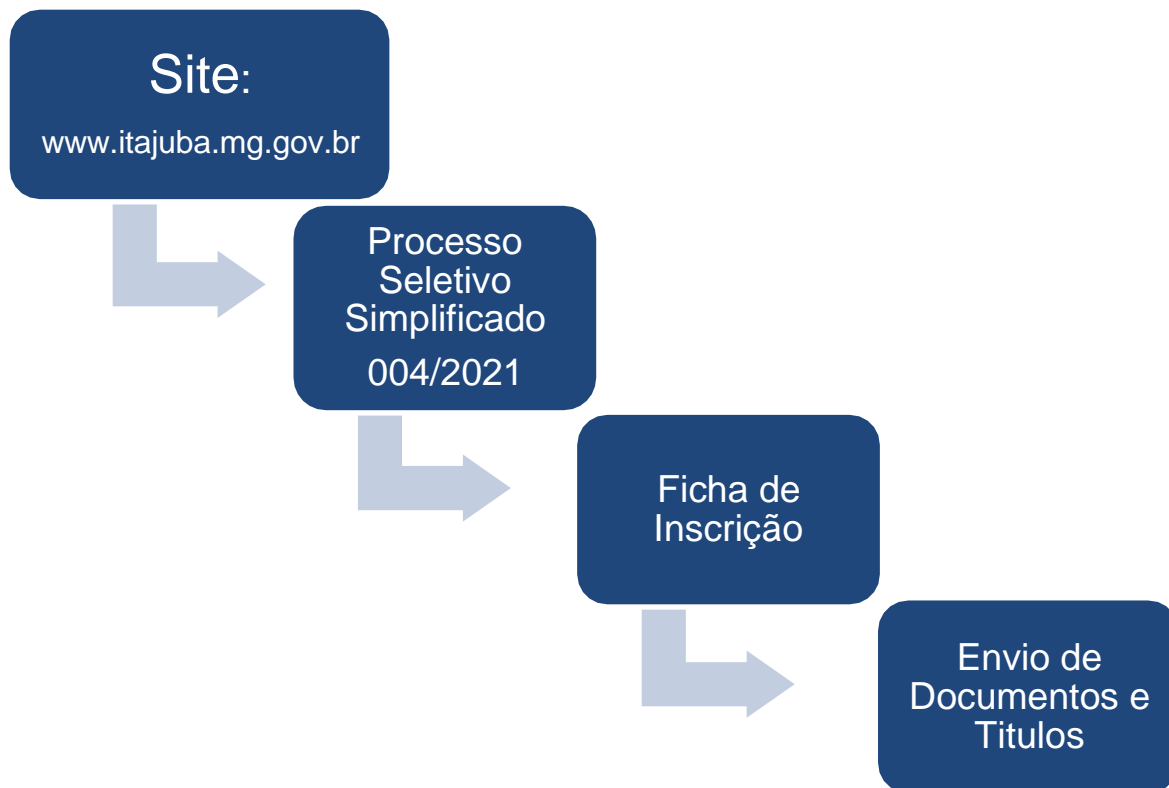
PROVA PRÁTICA

DATA	HORÁRIO	LOCAL
26/03/2021 a 30/03/2021	A partir das 7:00 hrs	SEMOB – Secretaria Municipal de Obras



ANEXO V – INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES ON-LINE

Fluxograma



Na aba Ficha de Inscrição, será solicitado aos candidatos as seguintes informações:

- Endereço de e-mail;
- Nome completo;
- Data de Nascimento;
- Endereço completo;
- Telefone Celular;
- Telefone Fixo;
- CPF, (anexar arquivo);
- RG, (anexar foto);
- Comprovante de Residência atualizado, (anexar arquivo);
- Cargo;
- Se deseja concorrer à vaga a candidatos deficientes, (anexar Laudo Médico);
- Se deseja concorrer à vaga a candidatos autodeclarado Negro/Pardo;
- Títulos para pontuação, (anexar arquivo);
- Comprovante de Experiência Profissional, (anexar arquivo).

Ao finalizar a Inscrição, **uma cópia das suas respostas será enviada para o endereço de e-mail fornecido** na Ficha de Inscrição. Conferir e armazenar este documento como forma de comprovação de Inscrição e dos dados apresentado no Processo Seletivo Simplificado.